

# SINDSEPÉM / VAL

**Autonomia pra Lutar**

FILIADO À CUT

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE VALPARAÍSO DE GOIÁS-GO

ANO XV – N.º 1, janeiro de 2012, Fone: 3629-4790

## ESTRUTURA

*Sede própria: mais autonomia e força para lutar*

Não foi fácil, mas com muito esforço, estamos conseguindo realizar o sonho da sede própria do nosso sindicato.

Desde a ascensão da chapa encabeçada pela professora Olízia Alves à direção do nosso sindicato, a construção da sede própria do SINDSEPÉM/VAL foi um desafio sempre presente. Iniciou-se aí uma série de medidas voltadas para esse objetivo.

Primeiramente, cuidou-se do saneamento financeiro da entidade. Depois foi promover o equilíbrio entre as despesas correntes (mobilizações, imprensa sindical, serviços jurídicos e outras) e a economia dos recursos mês a mês. Conseguimos assim a compra do lote em 2011, à vista, numa área muito bem localizada, próxima ao Fórum, ao Ministério Público, ao cartório, ao Banco do Brasil e ao Shopping Sul. Em seguida veio a contratação do projeto arquitetônico. E agora, vamos edificar o prédio.

A construção da nossa sede própria é um passo determinante no fortalecimento das nossas lutas.

### Profissionais administrativos da educação

Desde de agosto de 2010, a prefeita Lêda Borges (PSDB) vem se negando a instituir o plano de carreira dos profissionais de educação que não atuam em função de magistério. Essa obrigatoriedade, entretanto, está prevista no artigo 4º da Resolução nº 05 do CNE, que determina que todos os entes federados do país devem instituir os planos de carreira para os profissionais de educação que atuam nas escolas e órgãos da rede de Educação Básica. Essa é mais uma demonstração de des-caso da prefeita em relação à educação em nossa cidade. Precisamos nos mobilizar e fortalecer essa luta em 2012.



Projeto arquitetônico da sede própria do SINDSEPÉM/VAL

### PSPN 2012: R\$-1.450,75 ou R\$-1.937,26?

Para o MEC, o valor do PSPN para 2.012 será de R\$-1.450,75 a ser publicado em fevereiro/12. Já para a CNTE, esse valor deveria ser de R\$- 1.937,26, que corresponde ao reajuste com base no percentual de aumento do valor aluno-ano de que trata a lei do FUNDEB. E é isso que determina a lei do piso.

Vamos lutar pelo pagamento do PSPN

### Servidores da prefeitura em geral

Até 2008, quase a totalidade dos servidores administrativos recebia apenas um salário mínimo. Com uma forte campanha realizada pelo sindicato junto à base e junto ao Poder Judiciário, conseguimos iniciar um processo de valorização desse segmento.

A forma encontrada pelo governo para, supostamente, instituir o plano e se livrar da greve que estava em curso foi estabelecer uma progressão que consiste no acréscimo ao vencimento de R\$-10,00 por ano de efetivo exercício. Assim, por exemplo, um servidor com 20 anos de serviço passou a ter direito a

válido para 2012 retroativamente a janeiro deste ano. Entretanto, assim como deveria ter acontecido em relação aos anos anteriores, os vencimentos devem ser alterados por lei e o percentual de aumento deve ser aplicado de maneira isonômica, ou seja, deve atingir igualmente os vencimentos de todos os profissionais do magistério.

R\$-200,00 de acréscimo no piso salarial.

Mesmo diante desse pequeno ganho dos servidores, a prefeita Lêda Borges (PSDB), desde o primeiro ano de mandato (2009), vem destruindo essa conquista, que não chegou a ser um plano de carreira propriamente dito. Para tanto, aproveitase da política de valorização do salário mínimo para suprimir as progressões. Dessa forma, o servidor com 20 anos de serviço, logo passará a receber vencimento bem próximo de um servidor que for contratado agora. Em 2012, vamos à luta pela atualização da tabela salarial para garantir o pagamento das progressões.

## EDITORIAL

## Companheiras e companheiros,



Ao iniciarmos mais um ano de trabalho, desejo a todos um ano de 2012 repleto de vitórias rumo à valorização profissional de todos nós, servidores públicos municipais.

Como sabemos, as vitórias somente vêm com luta. Contudo, para garantir que nossas conquistas não continuem sendo aniquiladas e para construirmos mais vitórias, é preciso estarmos sempre

atentos e mobilizados. Nos últimos anos, com muito esforço e luta, construímos significativas vitórias, sendo que algumas delas vêm sendo destruídas pela atual prefeita, como são os casos da previsão legal da equiparação salarial do magistério até abril de 2011 e a progressão salarial dos administrativos, ambas resultantes da greve de 2008.

Por outro lado, outras importantes conquistas permanecem, das quais destaco a data-base, a licença-maternidade de seis meses, a reforma do Plano de Carreira do Magistério em 2008, a garantia da gratificação de regência de classe para os readaptados, o aumento da gratificação de regência de classe de 10% para 15%, o fim da carga horária ilegal de 50 horas semanais, o adicional de periculosidade das merendeiras, o pagamento da diferença do 13º salário, o concurso público, a liberdade de contratação de conta corrente bancária, a transformação dos ACEs e ACSs em servidores estatutários e a garantia do pagamento do adicional de insalubridade para esse segmento, além do encaminhamento e da solução de inúmeras questões

judiciais e administrativas coletivas e individuais propiciadas pelos nossos serviços técnico e jurídico.

Para tanto, foi de fundamental importância o saneamento financeiro do nosso sindicato, com o consequente fortalecimento da nossa estrutura sindical. Nesse sentido, reputo como duas das mais significativas conquistas do nosso mandato a nossa sede própria, que, certamente, vai ser um importante espaço da categoria, e a contratação do escritório de advocacia comandado pelo Dr. Roberto Gomes, essenciais fatores no fortalecimento da nossa autonomia.

Portanto, neste início de 2012, quero chamar a todos para lutar contra os ataques do governo municipal às nossas conquistas, em busca do respeito aos nossos direitos inscritos na legislação e que devem ser respeitados, bem como em defesa das nossas reivindicações.

Um forte abraço em todas e todos.

Olízia Alves

Presidenta do SINDSEPEM/VAL

## Expediente:

## Diretoria Executiva

**Presidenta**  
Olízia Alves

**Vice-Presidente**  
Francisco Lima

**Secretária Geral**  
Nilda Rodrigues

**Secretária de Finanças**  
Sebastião Viana

**Secretário de Imprensa e Formação Sindical**  
Wesley Cavalcante

**Secretária de Política Sindical**  
Francisca Alves

**Secretária Sócio-Cultural**  
Flávia Aparecida

**Texto**  
Ediram J. O. Silva

**Projeto gráfico**  
Marcus Monici

**Impressão**  
Dreams Gráfica e Editora  
(61) 3386-2181 / 8258-8065 / 8432-5059

## Servidores da Câmara Municipal

O concurso público da Câmara Municipal foi o resultado de uma ferrenha luta da então vereadora Professora Lucimar. Depois do concurso realizado, estabeleceu-se a luta pela contratação, que também não foi fácil. Agora, a luta desses servidores é contra o desrespeito a direitos básicos dos servidores públicos.

Desde a contratação, os servidores efetivos da Câmara Municipal reivindicam o reajuste salarial anual, sendo certo que, desde de 2009, vige a lei de data-base, que garante a revisão de vencimentos com base no INPC, ano a ano. Essa lei não foi observada pela Câmara Municipal e os servidores estão com os seus vencimentos defasados por conta da corrosão inflacionária.

Outra questão a ser enfrentada é a desobediência da Câmara Municipal à exigência do artigo 39 da Constituição Federal, que determina a organização dos servidores públicos em carreiras – uma grande incoerência levando-se em consideração que se trata de um poder que tem por dever zelar pela observância da Constituição e das leis.

A atualização do valor dos vencimentos dos servidores da Câmara retroativamente à data de admissão e a instituição do plano de carreira desses servidores estão entre os pontos de pauta da luta a ser travada em 2012, na defesa da valorização dos servidores públicos municipais.

# DESRESPEITO

## *Prefeita Lêda Borges (PSDB) arrasa de vez a carreira o magistério em Valparaíso/GO*

A prefeita Lêda Borges (PSDB), com a anuência da Câmara Municipal, deu mais uma clara demonstração de grande desrespeito aos educadores de Valparaíso. A aprovação do PL 189/2011, agora transformado na Lei 058/2011, é mais um ataque à categoria rumo à destruição da carreira do magistério.

A prefeita já havia deixado de cumprir a legislação federal e municipal em 2009, 2010 e 2011 ao não fazer as revisões anuais do plano de carreira do magistério, promovendo assim o achatamento salarial da categoria. Não satisfeita, no apagar das luzes do ano passado (15/12/2011), ela prejudicou ainda mais a categoria. Em vez de fazer a revisão do plano de carreira conforme a lei, utilizou-se da oportunidade para introduzir vários retrocessos em relação à lei anterior.

Nada justifica isso. Durante o mandato da prefeita, dinheiro não faltou para melhorar, e muito, a remuneração dos professores e demais profissionais do magistério e a qualidade do ensino público. Conforme se pode ver no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em 2009 - primeiro ano do mandato - os recursos repassados pelo FUNDEB para Valparaíso saltaram de R\$-24.130.362,76 para R\$-27.327.667,36 (13,25% a mais); em 2010, esses recursos somaram R\$-33.619.629,03(23,04% a mais); e, em 2011, o montante ficou em 40.707.607,74(21,08% a mais). Isso mostra que, somente durante o mandato da prefeita, somados, esses índices correspondem a 57,37% a mais de recursos repassados.

Vejam a seguir vários direitos subtraídos da categoria com a aprovação da Lei 058//2011.

### **Aprovação da tabela salarial falsificada em 2010**

Como se sabe, vencimentos de servidores públicos somente podem ser fixados ou alterados por lei específica. Conforme já publicamos, sem que fosse observado esse mandamento constitucional, a tabela de vencimentos dos profissionais do magistério foi alterada em 2010, mudando apenas os valores dos vencimentos dos professores de nível médio, sem estender o aumento aos profissionais com níveis de gradua-

ção, pós-graduação, mestrado e doutorado. Essa conduta foi praticada para tentar convencer o Ministério Público de que o PSPN estava sendo cumprido. E foi essa mesma tabela que foi aprovada pela Câmara Municipal.

### **Revogação de artigo que garantia a equiparação salarial**

Na Lei nº 046/2008 (plano de carreira do magistério anterior) havia um dispositivo que determinava ao governo municipal a equiparação salarial por nível de escolaridade do profissional do magistério até o mês de abril de 2011. Em vez de cumprir essa determinação legal, a prefeita entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra os professores. Essa ação ainda não foi julgada. Então, para tentar se esquivar de cumprir a determinação legal, a nova lei revoga também o dispositivo. O tribunal, entretanto, para desgosto da prefeita, aceitou pedido do sindicato para participar como *amicus curiae* no processo que trata do assunto.

### **Horas-atividades**

De acordo com a Lei Federal 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional do magistério – PSPN, na composição da jornada de trabalho do professor, deve ser observado, nas atividades de interação com os educandos, o limite máximo de 2/3 de sua carga horária. Isso significa que 1/3 da jornada, no mínimo, deve ser dedicada às horas-atividades, isto é, ao trabalho de coordenação pedagógica do professor.

Então, de acordo com a legislação, considerando um professor com jornada de 40 horas semanais, 26,67 horas, no máximo, deveriam ser dedicadas a atividades com alunos e 13,33 horas, no mínimo, à coordenação pedagógica. Arredondando esses valores, a jornada poderia ser definida como de 25 horas de regência e 15 de coordenação para todos os professores.

Mas a prefeita Lêda Borges (PSDB) - que propôs a lei - e a Câmara Municipal - que a aprovou - numa inequívoca demonstração de desrespeito à legislação e aos professores, estabeleceram que as horas-atividades serão de 32 horas e a coorde-

nação pedagógico de 8 horas, pois a nova lei municipal, prevê, taxativamente, que a “cota” de horas-atividades será de 20% da carga horária, o que diverge da lei federal.

O sindicato já está tomando as medidas cabíveis para invalidar mais essa conduta ilegal.

### **Revisão do plano**

Também de acordo com a legislação federal, a revisão da carreira do magistério deve ser feita a cada ano. É exatamente isso que diz a Resolução 002, do Conselho Nacional de Educação.

Entretanto, julgando-se superiores à legislação federal, prefeita e câmara resolveram estabelecer que a revisão, que jamais foi feita no atual governo, será feita a cada dois anos.

Então, o que a prefeita fez, em mais essa clara demonstração de desrespeito aos educadores, foi o seguinte:

I – desobedeceu à lei e não fez a revisão do plano para vigor nos anos de 2009, 2010 e 2011;

II – no apagar das luzes de 2011 (dezembro), piorou o plano para vigor em 2012;

III – adiou por dois anos a verdadeira revisão, isto é, para além de seu mandato.

### **Abono de ponto**

Quando iniciamos a luta pelo abono de ponto de 5 dias anuais deixamos bem clara a principal razão disso. Trata-se de uma diferença existente nas quantidades de dias dos meses do ano.

No ano, há 7 meses com 31 dias e um com 28, exceto quando o ano é bissexto. O mês comercial, segundo a lei, é de trinta dias. Ora, a diferença entre os 7 dias a mais dos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro e os 2 dias a menos do mês de fevereiro, é exatamente de 5 dias. Conclusão, caso não haja alguma compensação, o servidor acaba trabalhando 5 dias de graça.

Entretanto, com a nova lei, a prefeita vai considerar atestados médicos e de comparecimento e licenças como critérios para impedimento de concessão dos abonos.

# IPASVAL

## *O Governo Lêda Borges (PSDB) e a destruição da nossa previdência*

### **A ilegítima maioria do Poder Executivo no conselho do IPASVAL**

Com a renovação da composição do Conselho Municipal de Previdência, no início do segundo semestre de 2011, ingressaram no conselho, representando os servidores ativos a presidenta do SINDSEP/VAL Olízia Alves e o vice-presidente Francisco De Assis. Representando os servidores inativos foi nomeada conselheira Rejane Holanda. Mas a prefeita simplesmente recusou-se a nomear o representante dos pensionistas, Sr. Filogônio Machado Filho. Essa omissão da prefeita garantiu-lhe permanecer com segura e ilegal maioria no Conselho Municipal de Previdência - CMP. E essa maioria foi usada para impedir a aprovação de um importante requerimento de autoria dos nossos representantes do Conselho.

### **Com apoio de vereadores governistas, prefeita consegue a permanência da gestão temerária da equipe dirigente do IPASVAL**

Como é do conhecimento geral, o roubo do IPASVAL \_ fala-se em desvio de mais de dois milhões de reais – foi cometido por pessoa (pode ter mais gente envolvida) indicada pelo governo municipal. Assim, não é aceitável que essa equipe continue tomando conta do nosso dinheiro, pois, a cada mês, significativa parcela é debitada em nossos contracheques para garantirmos nossas aposentadorias no futuro e precisamos estar seguros da correta gestão desses recursos.

Por conta disso, no dia 6 de outubro de 2011, nossos representantes resolveram propor no CMP o afastamento do senhor JOSÉ AYRES LOPES FILHO do cargo de Superintendente do IPASVAL e das pessoas que compõem sua equipe, inclusive como forma de garantir o bom andamento das investigações do crime cometido.

Estavam presentes na reunião 3 (três) conselheiros titulares favoráveis à proposta de afastamento da equipe: Olízia Alves, Francisco De Assis e Rejane Holanda; e dois contrários: Patrícia da Silva Estevão e o Presidente do CMP, Eduardo Rodrigues Pinheiro (genro da Secretária de Educação Lúcia Kopp), ambos representantes do governo e defensores ferrenhos da per-

manência da equipe à frente do instituto. Percebendo que a proposta de afastamento seria aprovada, pois o governo estava em minoria na reunião, o Presidente Eduardo Rodrigues resolveu não colocá-la em votação. Imediatamente, ambos (o presidente e a Patrícia) puseram-se, desesperadamente, em busca dos demais conselheiros governistas, notadamente vereadores representantes do Poder Legislativo.

Chegaram às pressas à reunião o Vereador Zeca - suplente do vereador Plácido - e Zequinha do São Bernardo (também integrante da base governista) e o vereador Pábio Mossoró (suplente), que também se lançou em defesa da permanência da equipe dirigente. Assim, ficou composta a reunião com três conselheiros favoráveis à aprovação do afastamento do superintendente e de sua equipe e quatro contrários.

### **A ilegal suspensão das reuniões do CMP**

Com suporte nessa maioria ilegalmente arquitetada, na reunião realizada no dia 20 de outubro de 2011, os representantes do governo resolveram propor a suspensão das reuniões do CMP até a data de 1º de dezembro/11, o que foi aprovado. Aconteceu que, no dia 1º de dezembro de 2011, nenhum deles compareceu à reunião, pon-do fim, de maneira ilegal, às atividades do órgão no ano de 2011.

Vamos tomar as medidas legais cabíveis e lutar contra o aniquilamento da nossa previdência e em defesa da autonomia do Conselho do IPASVAL.

### **A não prestação de contas e o uso do dinheiro do IPASVAL para bancar propagandas do governo em jornais alternativos**

Nossos representantes vêm requerendo a devida prestação de contas e a emissão de pareceres do CMP sobre a gestão dos administradores do IPASVAL. Dentre essas cobranças está a necessária explicação sobre a excessiva propaganda do governo municipal em jornais alternativos do município, das cidades de Luziânia-GO, Cidade Ocidental – GO, Novo Gama-GO e região. Nesses jornais constam editais pagos pelo IPASVAL, dando a entender que

o instituto está a patrocinar jornais distribuídos gratuitamente em grande número de exemplares em toda a cidade e em toda a região do entorno do DF. Esses jornais sempre trazem matérias elogiosas ao governo, ao filho do Sr. Superintendente do IPASVAL - vereador licenciado Emanuel Ayres -, que ocupa cargo comissionado no governo, bem como a outras pessoas simpáticas à atual administração.

### **Valparaíso perde o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP**

Em face de várias irregularidades, foi cassado o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP do município.

O CRP é um documento expedido pelo Ministério da Previdência Social para atestar o cumprimento de exigências legais na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social. Sem esse certificado o município fica impedido de receber determinadas transferências voluntárias de recursos federais. A situação constitui-se, portanto, em grande prejuízo social para o nosso povo.

Isso pode explicar também porque, mesmo tendo o CMP aprovado uma viagem ao Tribunal de Contas do Município - TCM em Goiânia, para avaliar a situação do instituto, o Sr. Superintendente, com apoio dos demais governistas, não se moveu no sentido de o órgão cumprir essa deliberação.

## **MOBILIZAÇÃO**

A partir do conhecimento de todas essas informações, é de fundamental importância que todos se conscientizem da necessidade de nos unirmos em torno da luta. Nesse sentido, a direção do SINDSEP/VAL se coloca à disposição para ir à luta em defesa da categoria. Contamos com a participação de todos em nossas assembleias em 2012.

Diretoria Executiva